

Manifesto quer Constituinte

O senador dissidente arenista Teotônio Vilela (AL) leu da tribuna do Senado, manifesto lançado ontem à Nação e assinado por 67 políticos e intelectuais, reclamando a volta da democracia plena ao País.

«Eis alguns trechos do documento:»

«Sob a única inspiração de servir à causa da liberdade democrática, resolvemos unir as nossas vozes para dar autoridade à nossa manifestação, como exemplo de compreensão da gravidade da hora e das sombrias perspectivas que se anunciam para o País. Este documento é uma advertência e uma convocação.»

«Superamos, entre nós, divergências, preconceitos e prevenções. Somos homens de diversificada procedência política. Muitos fomos, no passado, renitentes adversários uns dos outros. Um traço comum viabilizou, entretanto, o nosso encontro: o sentimento de nossas responsabilidades cívicas e a necessidade de apontar caminhos reais visando a garantir a cada cidadão brasileiro, o direito fundamental que ninguém lhe pode legitimamente tomar, de ser consciente protagonista da História de seu país.»

«Nossa união tem um ponto de honra: a defesa intransigente da ordem jurídica democrática, único caminho para a construção pacífica da democracia substantiva. Não podemos, assim, deixar de condenar a falsa democracia em que se pretendeu envolver a Nação, com os senadores bônicos e os governadores indiretos, a Lei Falcão e os Prefeitos nomeados, as salvaguardas e os atos de exceção. Tudo isso não passa de tentativas inúteis de conter o curso da História.»

«A posse do General João Baptista Figueiredo abre nova etapa da experiência autoritária, sob o qual a Nação vive há 15 anos. É hora de um balanço, ainda que sumário, das realizações do regime.»

«Começamos pelo modelo econômico. Fruto da decisão de uns poucos, mostrou-se incapaz de promover a integração nacional: negligencia o povo e não contempla a Nação. O regime gerou um grupo de minorias privilegiadas, que dominam os diferentes degraus da pirâmide social. É inegável que a estrutura burocrática militar não conseguiu descobrir nem criar os meios para superar os problemas crônicos de nosso subdesenvolvimento.»

«Adiante, frisa o documento:

«Estamos em plena crise. De muitas causas e de múltiplas consequências. A crise é social. Também é econômica. Mas, antes de tudo é institucional, como decorrência da prática continuada do arbítrio, que teima em não ouvir e insiste em não ver. Mas a verdade é que sob o clamor da opinião nacional, submetido a um processo de rejeição social generalizado, sem o êxito para justificar a usurpação, o autoritarismo foi obrigado a ceder. O General João Baptista Figueiredo dirigirá o País com as salvaguardas constitucionais e não com os atos de exceção. Trata-se de alteração relevante, porque constitui conquista das forças democráticas. Obtida pela pressão política, ela indica o caminho fundamental para orientar a ação futura: a consolidação e ampliação da abertura política depende de nossa capacidade de sustentar constante e ininterrupta pressão sobre o regime. Para esse esforço convocamos os brasileiros. O alvo é conquistar novas vitórias, passo a passo, batalha a batalha, até a rendição final do arbítrio e do autoritarismo através da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, objetivo básico da luta das oposições democráticas.»

«E, prossegue o manifesto:

«O caminho da conciliação nacional implica a aceitação dos órgãos de representação da sociedade como parceiros reais do processo decisório. A sociedade é divergente e contraditória. A luta está em sua essência. Ela se movê através do conflito, sua força dinâmica: A integração das frações sociais em dissensão se promove pela participação. Somente através dela, se logrará um mínimo de coesão voluntária. Para isso, é preciso assegurar a todos, em diversos níveis, ampla capacidade de participar da escolha das prioridades, da definição do tipo de sociedade que se deseja construir. Que o Congresso, os Sindicatos, as Universidades, as Igrejas, os partidos políticos, os empresários, os órgãos de representação da juventude, dos trabalhadores, das donas de casa, dos intelectuais, convertem-se nos construtores do destino comum.»

«Sob essa inspiração, convocamos o povo para lutar pela recuperação de seus direitos de participação. Com um objetivo final: a Constituinte.»

«O partido de oposição, criado como um pano de fundo que legitimasse o regime, transformou-se, afinal, em porta-voz credenciado das aspirações democráticas de reforma da sociedade. A nossa luta será travada pela via democrática, através de múltiplos instrumentos: MDB e todas as demais organizações representativas dos interesses e aspirações da sociedade civil.»

«O documento concluiu, afirmando:

«Urge reforçar o Congresso Nacional, devolvendo-lhe, de logo, os poderes para a concessão da anistia, reclamada

hoje pelos mais heterogêneos segmentos do povo. Anistia que não pode ser ato de favor circunstancial do regime, mas decisão sincera de esquecimento do passado. Esta é a anistia exigida pela Nação. É preciso reforçar o Congresso Nacional em todas as suas áreas de ação legítima, suprimir as limitações que lhe foram impostas nestes 15 anos de autoritarismo, impõe-se eliminar quaisquer restrições existentes sobre as prerrogativas e garantias dos parlamentares. Pois não, existe democracia sem representação, nem representação sem parlamento livre, nem parlamento livre sem imunidades.»

«Reforçando o Congresso, urge reforçar simultaneamente os partidos políticos, os sindicatos, os municípios, a Federação. Reforçar o papel dos órgãos de mediação entre os poderes públicos e as bases da sociedade. Devolver à Universidade o seu papel fundamental de centro de criação cultural. Enfim,

clar os instrumentos básicos para a organização de uma sociedade em que todos os interesses se possam exprimir por canais adequados, próprios e eficazes. E com o direito de acesso livre à informação plenamente assegurado a todos.»

«Para alcançar tais objetivos, convocamos hoje os brasileiros, na certeza de que a democracia só será realidade se o exercício do poder derivar do voto popular, direto, universal e livre.»

Senador Teotônio Vilela, Senador Saturnino Braga, Senador Franco Mantora, General Euler Bentes, Ministro Severo Gomes, Ministro Ivo Arzuó, Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso, Paulo de Tarso Santos, José Serra, José Carlos Dias (presidente da Comissão de Justiça e Paz), José Gregório (professor e Membro da Comissão de Justiça e Paz), Dalmo de Abreu Dallare (professor e Membro da Com. Justiça e Paz), Práclio Ferreira de Camargo

(professor e Membro da Comissão de Justiça e Paz), Mário Sérgio Duarte (presidente da OAB de São Paulo), Modesto Carvalhosa (professor e presidente da ADUSP), Gofredo Silva Teles, Miguel Reale Junior, Pedro Taddei Neto (presidente do Instituto de Arquitetos de São Paulo), Carlos Eduardo Sampaio Dória (vereador Arena), Cory Porto Fernandes (P.S.), Ignácio Mammana Neto (ex-chefe de Gabinete do brigadeiro Faria Lima), José de Castro Bigbi (diretor da OAB), Leopoldina Saraiva (ex-secretária do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo), Márcia Thomas Bastos (diretor da OAB), Paulo Kobayashi (ex-Deputado da Arena), Luiz Carlos Bresser Pereira (jornalista e professor da Fundação Getúlio Vargas), Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido de Melo e Souza, Paulo Sérgio Pinheiro (Universidade de Campinas), João, Manoel

de Campinas), Luiz Gonzaga Belluzo (Universidade de Campinas), Benjamim Pereira de Queiroz, Fernando Millan, Wilson Ralat, Neide Caracchio, Ariano Suassuna, João Caman Filho (pintor), Fernando Antônio Gonçalves (professor), Manoel Gilberto (ex-deputado), João Monteiro Filho, José Amaro Santos da Silva (compositor), Deputado Robson Marinho, Oscar Niemeyer, Hélio Jaguaribe, Hélio Pelegrino, Jânio Freitas, Pedro Malan, Antonio Houais, Chico Buarque de Holanda, Sérgio Bermudes, Luiz Alfredo Salomão, José Honório Rodrigues, Pompeu de Souza, Waldir Pires, Enio Silveira, Renato Guimarães, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Paulo Macarini, Adolfo de Oliveira Franco, Léo de Almeida Neves, Amáury Silva, Fernando Gasparian, Emar Bacha, Roberto Mangabeira Unger, Raphael Hermeto de Almeida Mogalhas.